

CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA O ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE SAÚDE, MEIO AMBIENTE E TERRITÓRIO

THEORETICAL AND METHODOLOGICAL CONTRIBUTIONS TO THE STUDY OF RELATIONS BETWEEN HEALTH, ENVIRONMENT AND TERRITORY

Rafaela Rodrigues Ramos

MSc em Saúde Pública e Meio Ambiente
Assistente de pesquisa do LabCiTieS
rrodrigues@icict.fiocruz.br

Carlos José Saldanha Machado

Dr.º em Antropologia Social pela Sorbone, Université Paris V
Pesquisador em Saúde Pública da Fundação de Pesquisa/ICICT/LabCiTieS
saldanha@fiocruz.br

RESUMO

O vigente modelo de desenvolvimento econômico e social tornou os problemas ambientais e de saúde pública mais complexos, no sentido de que na atualidade, não é possível compreendê-los por uma única perspectiva, visto que envolvem, simultaneamente, fenômenos físicos, biológicos, ecológicos e sociais, de modo que não podem ser analisados de maneira unidimensional. O objetivo deste trabalho é sistematizar idéias e argumentos de um conjunto de autores que vêm trabalhando para o desenvolvimento e consolidação de novas abordagens teórico-metodológicas, que permitam abarcar a complexidade das questões socioambientais inerentes à sociedade brasileira. A proposição do território, recortado pelos limites das bacias hidrográficas, pode vir a ser uma importante contribuição para a formulação do planejamento no campo da saúde coletiva. Concluí-se afirmando que as territorialidades engendradas pela relação da sociedade / indivíduo com seu meio, podem permitir a compreensão ampliada de mecanismos de geração de riscos à saúde humana e ambiental, bem como a proposição de caminhos mais eficientes de promoção da saúde, em especial, da saúde ambiental.

Palavras-chave: Novas abordagens teórico-metodológicas, Questões socioambientais, Relações saúde, meio ambiente e território.

ABSTRACT

The current model of economic and social development has turned environmental and public health problems into more complex, in the sense that nowadays, it's not possible to understand them from a single perspective, as they involve, simultaneously, physical, biological, ecological and social phenomena, in a way that they cannot be unidimensionally analyzed. The purpose of this paper is to systematize ideas and arguments of a number of authors who have been working for the development and consolidation of new theoretical and methodological approaches that allow encompass the complexity of social and environmental issues inherent in Brazilian society. The proposition

Recebido em: 04/08/2010

Aceito para publicação em: 16/11/2010

of the territory, cut by watershed boundaries, could be an important contribution to the formulation of planning in the field of collective health. As a conclusion, we state that the territoriality engendered by the relation society-individual with their environment, may allow broadened understanding of mechanisms for generating risks to human and environmental health, as well as to propose more efficient ways of promoting health, in particular, environmental health.

Keywords: New theoretical and methodological approaches, Social and environmental issues, Health, environment and territory relations.

INTRODUÇÃO

A formulação de questionamentos e a produção de conhecimento, acerca das problemáticas referentes ao estudo das relações estabelecidas entre territórios e interterritorialmente, tornaram-se tarefas cada vez mais complexas. Em função desta complexidade, a abordagem de questões socioambientais que emergem, exige concepções epistemológicas holísticas, em detrimento as cartesianas, que valorizem a multi e transdisciplinaridade. Desse modo, a compreensão e análise dos riscos à saúde humana e ambiental, devem ocorrer a partir de referenciais mais abrangentes, envolvendo todas as esferas da sociedade, em suas mais distintas dimensões, passando pelo debate da saúde, da exploração e preservação ambiental, até o da (re) produção sociocultural das populações humanas.

Assim sendo, o presente trabalho visa contribuir para o crescente desafio das ciências, que é o de apresentar novas abordagens teórico-metodológicas que permitam abarcar as questões socioambientais na contemporaneidade. Para tanto, discutiremos o conceito de saúde ambiental², enquanto interface entre meio ambiente e saúde e apresentaremos idéias de autores diversos, quanto as escalas de planejamento e atuação no campo da saúde coletiva. Dessa maneira, reiteramos propostas de uso de bacias hidrográficas enquanto delimitação espacial para ações de planejamento territorial, com vistas à promoção da saúde ambiental.

Saúde Ambiental - A interface entre Saúde e Meio Ambiente

Atualmente, não é possível pensar o mundo, sem considerar a existência de redes globais que atuam como elementos centrais na dinâmica cotidiana das sociedades. Estas, através de seus fixos e fluxos, interferem em todas as dimensões da vida humana, desde o entretenimento até as condições de saúde. Nesse sentido, o próprio conceito de saúde deve passar a ser compreendido para além do paradigma biológico da doença.

Entender o conceito de saúde apenas como ausência de doenças é ignorar suas dimensões éticas, sociais e culturais. A negação destes fatores, principalmente no que tange a relação saúde e ambiente, impede, em casos não raros, que determinados conflitos que emergem desta relação, sejam plenamente compreendidos e que propostas viáveis e eficazes de mediação sejam formuladas. Porto (2007) contribuindo para este

² O conceito de saúde ambiental contempla tanto a saúde humana como a dos ecossistemas, de maneira interdependente. No contexto da formulação da Política Nacional de saúde ambiental, este compreende a área da saúde pública, afeita ao conhecimento científico e à formulação de políticas públicas e às correspondentes intervenções (ações) relacionadas à interação entre a saúde humana e os fatores do meio ambiente natural e antrópico que a determinam, condicionam e influenciam, com vistas a melhorar a qualidade de vida do ser humano sob o ponto de vista da sustentabilidade. Para saber mais, consultar Ministério da Saúde / Conselho Nacional de Saúde. Subsídios para construção da Política Nacional de Saúde Ambiental / Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007. 56 p.: il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/politica_saude_ambiental.pdf.

debate expressa que

O conceito de saúde implica o entendimento dos processos e condições que propiciam aos seres humanos, em seus vários níveis de existência e organização (pessoal, familiar e comunitário) atingir objetivos, realizações ou ciclos virtuosos de vida embutidos na cultura e nos valores das sociedades e seus vários grupos sociais. A saúde possui, portanto, além das biomédicas, dimensões éticas, sociais e culturais irreduzíveis, sendo objeto de permanente negociação e eventuais conflitos dentro da sociedade, dependendo de como os valores e interesses se relacionam com as estruturas de poder e distribuição de recursos existentes. (p.82).

O conceito de saúde, como apresentado, para além de refletir a presença ou ausência de enfermidades ou boa disposição física e psíquica, ressignifica a relação homem-meio, retornando a concepção do homem como um elemento da própria natureza, e não como entidade superior que a deusa domina (a natureza) para fins de ganhos financeiros, onde o mundo natural é visto tanto como um ambiente hostil a ser “domesticado”, como fonte de matéria-prima e recursos.

A interface entre ambiente e saúde, principalmente ao longo dos dois últimos séculos, está relacionado a degradação dos sistemas de suporte à vida, pela expansão e complexificação das atividades antrópicas, com destaque para as industriais. Os sistemas de suporte à vida, como explica Freitas e Porto (2006), referem-se “(...) aos serviços dos ecossistemas dos quais deriva a viabilidade da vida de todos os seres e sistemas vivos, incluindo o homem” (p. 40). Esse quadro torna-se ainda mais preocupante quando consideramos que os problemas ambientais podem se tornar mais complexos em contextos vulneráveis, onde os riscos “(...) decorrem de discriminações e desigualdades sociais, e são, portanto, uma questão de (in) justiça ambiental” (Freitas e Porto, 2006. p. 25)³.

As vulnerabilidades sociais resultam em gradientes ou diferenças de exposição e efeitos entre os grupos que vivem na periferia social e econômica do desenvolvimento e acabam por arcar com as principais cargas ambientais nos ambientes que trabalham e vivem. Dessa forma, “Mais que os aspectos decorrentes, em contextos vulneráveis, são as vulnerabilidades presentes na sociedade que representam uma ameaça maior à saúde, tanto individual quanto coletiva” (Porto, 2007. p. 36). Os contextos vulneráveis, portanto, serão

Aqueles nos quais os riscos dos sistemas sócio-técnico-ambientais são agravados em decorrência de vulnerabilidades sociais que permitem a (re) produção social de populações, setores produtivos e territórios vulneráveis aos riscos, ao mesmo tempo em que os processos decisórios e as instituições responsáveis pela sua regulação e controle não atuam de forma efetiva, pelo menos para certos grupos e territórios. (Porto, 2007. p. 35).

Por essa razão, estes riscos devem ser debatidos pela sociedade como um todo, e não apenas por especialistas, considerando as diversas dimensões dos problemas ambientais, que vão desde questões técnicas, passando por interfaces político-econômicas, até condições socioculturais, que devem e precisam ser consideradas. Porto (2007) enfatiza a necessidade de tal abordagem, afirmando que “(...) os riscos

³ Um quadro de injustiça ambiental está ligado tanto à distribuição espacial desigual dos riscos e do acesso aos recursos do meio, como à impossibilidade de exercício de outras práticas sociais, não ligadas à lógica produtiva ou à técnica vigente, mas aos modos de fazer socioculturais inerentes à apropriação simbólica do território, por parte de cada grupo social. Para saber mais, consultar o site da Rede Brasileira de Justiça Ambiental: www.justicaambiental.org.br.

ocupacionais e ambientais envolvem dimensões éticas, políticas e culturais que têm mais a ver com a vida das pessoas e as relações de poder na sociedade e nas empresas do que com o mundo restrito das ciências, da técnica e da economia” (p. 33). Para este autor, os riscos ambientais são de natureza extensiva, pois afetam as pessoas nos locais em que vivem e circulam, interagindo com territórios e ecossistemas mais amplos, tendo um raio maior de atuação, a partir de seu ponto de origem, onde tanto a saúde de comunidades, como de ecossistemas são afetadas..

Dessa forma, é de suma importância ampliarmos o diálogo entre as ciências e a sociedade. Em uma visão integrada e contextualizada, a compreensão e a intervenção sobre os processos que geram vulnerabilidade são fundamentais na proposição de estratégias de prevenção de riscos, de promoção da saúde. Nesse contexto, o campo tácito da saúde coletiva deveria centrar-se na promoção da saúde ambiental, que contemplaria tanto a saúde humana como a dos ecossistemas, de maneira uníssona, visto que, em uma realidade globalizada e complexa, tornou-se impossível pensar essas duas dimensões em separado.

Diante desta lógica, ações de promoção da saúde, ao invés de pautarem-se no binômio saúde-doença, deveriam ser geridas pela noção de processos que levem ao desenvolvimento de ciclos virtuosos de vida, nos diferentes níveis de existência e organização social – familiar, comunitária, individual. Dessa forma, há necessidade de se rever as práticas de promoção da saúde ligadas, unicamente, as ações no campo técnico. Como coloca Ayres (2004), promoção da saúde ao discutir os horizontes filosóficos das práticas de avaliação em saúde coletiva,

(...) tem sido descrita como novo e promissor paradigma na saúde. Seus princípios constituintes são a ênfase na integralidade do cuidado e prevenção, o compromisso com a qualidade de vida e a adoção da participação comunitária como peça fundamental do planejamento e avaliação dos serviços. (Ayres, 2004; p. 583).

Em harmonia com as posições expressadas até o momento, o que se vê na citação acima é uma concepção de promoção da saúde que supera o conceito restrito às dimensões biomédicas, de modo a reorientar as práticas de atenção à saúde, encaminhando-as em direção oposta ao modelo de atenção demasiadamente ligado à doença, à administração de medicamentos e à necessidade da “cura pela cura”, na qual, em casos não raros, não se conhece a fonte da enfermidade, mas seus sintomas são tratados e controlados.

O que se procura, ao tratar de promoção da saúde, é uma orientação que não se limite a tratar doenças, e sim lidar com o saudável e sustentável através de ações inter e transsetoriais que produzam políticas públicas integradas. Ou seja, ao procurar prevenir as doenças busca-se, acima de tudo, qualidade de vida envolvendo todas as dimensões, desde as biofísicas, ligadas ao funcionamento do corpo humano, até as sócio-culturais.

A promoção da saúde, ou melhor, da saúde ambiental, engloba fenômenos das diversas dimensões da existência humana e ambiental, de modo que, a presença de choques entre esses fenômenos, representa barreiras à sua promoção, configurando os conflitos socioambientais⁴. Nesse sentido, o que se procura é o entendimento de uma perspectiva de promoção da saúde

que resgata um conjunto de valores do setor da saúde que co-

⁴ Os conflitos ambientais se configuram na disputa, material e simbólica, por territórios. Nesse contexto, entendendo que os conflitos ambientais são uma dimensão dos conflitos sociais, optamos pela expressão socioambiental, para identificação de conflitos desta natureza.

relacionam, de maneira multicausal, o processo de saúde e doença como determinantes sociais, psicológicos e biológicos, além de trazer novos valores, como: a ação intersetorial, as alianças interdisciplinares e o desenvolvimento de movimentos comunitários. (Souza; Grundy, 2004 *Apud* Sparandio, 2006, p.34).

Sperandio (2006), partindo desse ponto de vista, coloca que o maior desafio da promoção da saúde, no momento atual,

(...) é estabelecer como valor central para este setor a noção de que uma rede social estável, sensível, ativa e confiável funciona como círculo virtuoso, protege a pessoa contra doenças, atua como agente de ajuda e encaminhamento, afeta a pertinência e a rapidez da utilização de serviços de saúde, acelera os processos de cura e aumenta a sobrevivência. (p.34).

Fica claro dessa maneira, que o entendimento, planejamento e intervenção, no campo da saúde coletiva, estão diretamente ligados a apreensão dos contextos da vida cotidiana, nos quais as condições de saúde, tanto coletiva como individual, são promovidas. Por serem estes contextos territorialmente estabelecidos, de modo a gerarem territorialidades coletivas e individuais, o que deve de fato deve ser apreendido, são as territorialidades oriundas destas realidades (socioterritoriais), construídas histórica e cotidianamente.

Planejamento e Intervenção em Saúde Ambiental - Novas Escalas de Atuação

Maria Adélia de Souza (2004) *Apud* Barcellos e Monken (2007) chama atenção para fato de que o local tem, cada vez mais, tido importância para a dinâmica global. Essa realidade tem conferido destaque ao poder público local, “proporcionando uma atuação política por parte das pessoas tendo em vista a convivência cotidiana, com base na solidariedade” (Barcellos e Monken, 2007, p. 193), possibilitando a construção de lugares e práticas saudáveis. Tal conjuntura vai ao encontro dos anseios metodológicos por ações de promoção da saúde, de saúde ambiental, que possam, efetivamente, dar conta da complexidade e diversidade das questões que emergem da relação entre saúde e ambiente. De acordo com Barcellos (2000), *Apud* Barcellos e Monken (2007),

Podemos afirmar que a doença é uma manifestação do indivíduo e a situação de saúde é uma manifestação do lugar, pois os lugares e seus diversos contextos sociais, dentro de uma cidade ou região, são resultado de uma acumulação de situações históricas, ambientais, sociais, que promovem condições particulares para a produção de doenças (p. 181).

Dessa maneira, como sugerido e trabalho por Barcellos e Monken (2007), as ações de promoção de saúde ambiental devem tomar, para efetiva atuação, o território como categoria de base para o planejamento e gestão de ações de saúde, pois este, segundo Albuquerque (2001:613), *Apud* Barcellos e Monken (2007), “refletiria as posições ocupadas pelas pessoas na sociedade e é consequência de uma construção histórica e social, sendo, por isso, capaz de refletir as desigualdades existentes” (p. 184).

A delimitação do espaço através da categoria território, para a orientação de ações de responsabilidade do poder público, pode possibilitar a compreensão dos usos e significados conferidos pelas populações, de modo que, a adoção desta categoria como célula de circunscrição de ações de planejamento territorial reflita, dentre outras coisas, uma nova alternativa de abordagem do processo saúde-doença.

Tal possibilidade se faz possível, à medida que os processo de saúde-doença circulam, localizam-se, de maneira diferenciada no espaço e, conseqüentemente, nos diferentes

grupos populacionais. “Essa abordagem, portanto, possibilita distinguir níveis e perfis de risco e de ‘vulnerabilidade’ decorrentes das desigualdades sociais”. (Barcellos e Monken, 2007. p. 184).

Desse modo, este modelo de ação reitera a importância do nível local, para a análise e planejamento de ações de saúde. Não obstante, toda ação contextualizada territorialmente deve considerar a realidade local como pilar de seu plano de ação, com vista a que esta não se torne uma “estranha” a população local. Desse modo é possível evitar que esta população não venha a aderir às proposições colocadas, por não reconhecê-las. Ainda, é importante salientar, que a participação social não esta apenas ligada a adesão, mas também ao reconhecimento, ao sentimento de pertencimento, que ações de “cima para baixo” não conseguem engendrar.

Intervenções locais requerem, para seu sucesso, que sejam tomadas pela população local como algo que lhes pertence, da qual fizeram parte na formulação (foi ouvida) e fazem parte em sua implementação e manutenção (é de sua responsabilidade). Caso contrário, além da não adesão, há a não valorização e cumprimento/conservação. Por essas razões, como coloca Porto (2007), “Muitas vezes as abordagens técnicas adotadas para compreender e prevenir os riscos ocupacionais e ambientais não consegue captar aspectos essenciais do problema em foco, o que prejudica ou individualiza a eficácia das ações implementadas” (p. 26).

Nesta mesma linha, Machado (2003), tratando da temática da administração pública do meio ambiente, enfatiza que em uma gestão democrática e participativa, que visa a efetiva sustentabilidade político-institucional,

O estilo de ação orientada pela imposição de uma ordem técnico-científica ao território, mais conhecido como tecnocrático, deve ser substituído pelo estilo de ação orientada pela negociação sociotécnica, pois quem vive e molda o território de uma bacia hidrográfica, tem acesso a este, ao direito de sustento e abrigo, é a comunidade, a mesma que tem de arcar com as conseqüências diretas de suas ações. (p.25).

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada à internacional; dentro de escalas temporais diversas, podendo apresentar tanto caráter permanente, como uma existência periódica ou cíclica. Sua conceituação apresentou, e apresenta, definições diversas, ligadas a diferentes concepções. Na Geografia Política tradicional,

O território surge como espaço concreto em si, que é apropriado, ocupado por um grupo social. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto. (Souza, 2008. p. 84).

Por sua vez, Raffestins (1993) explica em sua geografia do poder, que o espaço precede o território, de modo que a configuração deste se dá a partir da integração do homem com o espaço, primeiramente transformando a natureza, o espaço natural, através do trabalho e, posteriormente, criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social, estabelecendo, assim, um território. Para este autor,

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em

qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (...) o ator "territorializa" o espaço. (Raffestin, 1993, p. 143).

Assim sendo, Raffestin (1993) entende que o território está presente em toda espacialidade social, enquanto o homem também estiver presente. De modo que, todo o território pressuporá um espaço social, mas nem todo espaço social constituirá-se em um território. Somente a presença do homem poderá determinar esse enquadramento. Neste contexto, a territorialidade refere-se a integração entre o homem e o espaço, estabelecendo-se múltiplas territorialidades.

Para Souza (2008) o território é fundamentalmente um espaço definido por e a partir de relações de poder, sendo, portanto, essencialmente um instrumento de exercício de poder. Neste contexto, às questões centrais acerca do território são: (1) quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? (2) quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como? Para este autor, poder, força, autoridade e violência são palavras que indicam os meios pelos quais o homem governa o homem. Dessa forma, O conceito de poder a ele vinculado, como explica Arendt, (1985) *Apud* Souza (2008), refere-se

(...) à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está 'no poder' estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, 'o seu poder' também desaparece. (Arendt, 1985. p. 24 *Apud* Souza, 2008. p. 80).

Por sua vez, uma forma mais abrangente de conceituar o território, seria a de tomá-lo como campo de forças, onde as relações de poder ocorrem, delimitadas e operando sobre um substrato referencial. Para Souza, essa compreensão de território, o traduz como

(...) uma teia ou rede de relações sociais que, a partir de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alternativa: a diferença entre nós (o grupo, os membros da coletividade ou 'comunidade', os insiders) e os 'outros' (os de fora, os estranhos, os outsiders). (Souza, 2008. p. 86).

A diferença básica entre a definição de território enquanto espaço concreto com seus atributos materiais e a de território enquanto campo de forças é o grau de enraizamento ao espaço físico territorial. A primeira definição pressupõe um maior sentimento de pertencimento a este espaço físico, ao passo que esta intensidade identitária não é requerida para que haja territórios na definição seguinte.

O entendimento de território, bem como das territorialidades a ele ligadas e nele estabelecidas, são de suma importância para seu planejamento, engendrando os meios tanto para a promoção de um desenvolvimento mais igualitário, como da saúde e da justiça ambiental. Souza (2008), ao trabalhar a idéia de desenvolvimento a partir da compreensão de território, afirmou que

Na verdade, o território não é simplesmente uma variável estratégica em sentido político-militar, o uso e controle do território, da mesma maneira que a repartição real de poder, devem ser levados a um plano de

grandes relevância também quando da formulação de estratégias de desenvolvimento sócio-espacial em sentido amplo, não meramente econômico-capitalístico, isto é, que contribuam para uma maior justiça social e não se limitam a clamar por crescimento econômico e modernização tecnológica.(p. 100).

Por conseguinte, o autor demonstra ser necessário compreender que um desenvolvimento mais justo não passa apenas pela repartição igualitária dos recursos financeiros, mas também

(...) pela satisfação das necessidades humanas, dos pobres como de quaisquer seres humanos, que inclui a liberdade a participação, o acesso à cultura e etc., para não mencionar todas as necessidades básicas de tipo mais material (alimentação, vestuário, infra-estrutura de serviços públicos, habitação etc.). (p. 102)

Logo, é preciso perceber a importância da territorialidade para o processo de desenvolvimento, nas mais distintas facetas da vida humana, inclusive no campo da saúde coletiva, onde a incorporação e a consciência da importância da categoria território, assim como das territorialidades, podem indicar um novo caminho as percepções de promoção da saúde, especialmente na promoção de saúde ambiental, especialmente situadas.

Para Barcelos (2002) uma importante questão para o diagnóstico de situações de saúde, é o desenvolvimento de indicadores capazes de detectar e refletir situações de risco à saúde, advindas de condições ambientais e sociais adversa, permitindo a identificação das particularidades da relação entre população e seu território, entendendo que é desta relação que se desenvolvem os meios propícios, tanto para o incremento de doenças, como para o controle destas. Por meio da análise de situações de saúde, é possível perceber que estas possuem uma lógica territorial, de modo tal que dependem de um processo de territorialização, tanto de sistemas locais de saúde, como de fontes potenciais de risco, visto que, a base territorial tanto é palco de conflitos, como da gestão em saúde. (Barcelos, 2002).

Deste contexto emerge, como coloca Barcelos (2002), a importância da análise e do planejamento espacial da saúde. Esta pode auxiliar na avaliação de situações de saúde, englobando tanto a descrição de perfis epidemiológicos, como condições de saúde e de qualidade de vida, propiciando a formulação de ações de planejamento e intervenção, tendenciosa a uma abordagem holística no campo da saúde coletiva. Este autor ressalta que “A análise espacial de condições de saúde pode ser um instrumento importante na avaliação do impacto de processos e estruturas sociais na determinação de eventos de saúde”.(p. 135).

Barcelos (2002) também explica que o espaço, sendo o resultado da relação de grupos sociais com seus territórios, mediado por seus modos particulares de (re) produção social – econômico, político, cultural – pode ser concebido como produtor de diferenças sociais e epidemiológicas, e não, necessariamente, produto desta relação. Por sua vez, exprimindo entendimento análogo, Freitas (2002) afirma que o espaço territorial é historicamente construído e, sócio-culturalmente (re) produzido. Não obstante, o espaço apresenta concepções diversas que refletem distintos modos de apreensão desta categoria analítica. Barcelos (2002), dentre outras, apresenta uma idéia de espaço que

(...) procura entendê-lo como um conjunto de lugares, resultado da interação singular de grupos sociais com seu entorno mais próximo, ou a coexistência de “grupos socioespaciais particulares” que, apesar de

compartilhar o mesmo espaço, possuem diferentes modos de vida, relações de trabalho e relações com o ambiente. Essa forma de entender o espaço como espaço-lugar permite tanto o estudo quanto o planejamento de ações diferenciadas sobre grupos socioespaciais dentro da mesma região. (p. 131).

Assim sendo, em uma análise espacial das condições de saúde, o espaço deve ser tomado, para além de uma localização, com um lugar de experiência, onde se realizam trocas e interações sociambientais, que possuem significados próprios. Nesses espaços, territorialmente estabelecidos, "(...) manifestam-se variáveis globais de ação local e outros processos de origem local com pequena amplitude e resultados também locais". (Barcelos, 2002. p. 131). Por essa razão, também, os riscos ambientais, em uma realidade globalizada, estão cada vez mais complexos, visto que os resultados de fontes geradoras de riscos ambientais locais interagem com resultantes globais, intensificando seus desdobramentos locais. Corroborando com essa constatação, Porto (2007) afirma que, "(...) o local afeta o global, que por sua vez retorna ao local, sendo necessário a construção de um novo universo discursivo e simbólico em que cada um possa se ver como componente do todo." (p. 28).

A análise espacial, enquanto metodologia, responde a um conceito de saúde para além do binômio saúde-doença, como explica Freitas (2002), para quem

A saúde deve ser entendida em sua dimensão global, cujo enfoque é o da pluricausalidade, reconhecendo-se de antemão que os elementos biosocioambientais e produtivos relacionam-se de maneira interdependente e interdefinível, conferindo-lhe um caráter complexo. (p.156).

Esta abordagem espacial pode submeter o espaço territorial a diferentes recortes metodológicos, onde a bacia hidrográfica pode ser um deles. Uma bacia hidrográfica será um conjunto de terras drenadas por um rio principal e seus afluentes. Consistirá em uma área de superfície terrestre que drena água, sedimentos e materiais dissolvidos para uma saída comum, em determinado ponto do canal fluvial. (Cunha, 2001). Uma bacia hidrográfica não respeita limites político-administrativos, por essa mesma razão, é de fundamental importância que sua gestão se dê de maneira cooperada. Ainda, trata-se, do que podemos chamar, de um sistema controle, no qual, qualquer intervenção em um de seus pontos, terá reflexo em toda a área da bacia. Neste quesito, reside mais uma importante questão, a de programas de gestão territorial que a tomem como célula de planejamento, ressaltando sempre a necessidade de um trabalho em conjunto, galgado na cooperação entre as diferentes instâncias político-administrativo da qual fazem parte.

Para os processos no campo da saúde coletiva, a bacia hidrográfica pode representar uma célula de planejamento e atuação, que consiga abarcar de modo mais abrangente, os determinantes e as condições para a promoção de saúde ambiental. Barcelos (2002) corrobora para esta proposição, quando coloca que "Os processos tanto ambientais quanto sociais, que promovem ou restringem situações de risco à saúde, não estão limitados a essas fronteiras administrativas". (p. 132). Por conseguinte, bacias de drenagem podem representar uma "unidade espacial de agregação de dados ambientais e sanitários" (Barcelos, 2002), concebendo-a como uma célula espacial para ações de planejamento e intervenção na área de saúde coletiva, com vistas à promoção de saúde ambiental.

A importância em se utilizar a bacia hidrográfica como célula de planejamento territorial,

para ações de promoção da saúde ambiental reside, também, no imperativo de agirmos sobre os riscos ambientais no cerne de sua origem e efeitos, como nos explica Porto (2007), ao afirmar que

Para enfrentarmos os riscos ocupacionais e ambientais de forma adequada, eles precisam ser compreendidos a partir de referenciais conceituais e metodológicos que apreendam seus níveis de complexidade e sejam contextualizados às realidades onde seus ciclos de geração-exposição-efeitos se realizam. E tais ciclos envolvem dimensões tecnológicas e econômicas, mas também sociais, políticas, culturais, ecológicas, éticas e de saúde. (p.26).

Para tal, como explica Barcelos (2002) “A análise espacial propicia o restabelecimento do contexto no qual um evento de saúde ocorre, contribuindo para o entendimento dos processos socioambientais envolvidos”.(p. 135). Nesse sentido, a adoção da bacia hidrográfica como célula espacial de planejamento e intervenção na área de saúde coletiva, propiciará uma maior entendimento do mecanismo do processo saúde-doença, bem como uma abordagem mais eficiente, como vista a promoção da saúde ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou sistematizar idéias e argumentos de um conjunto de autores que vêm trabalhando para o desenvolvimento e consolidação de novas abordagens teórico-metodológicas, que permitam abarcar a complexidade das questões socioambientais inerentes à sociedade brasileira. Tais contribuições, ainda em pleno processo de amadurecimento e de ampliação do campo empírico de observação, vêm ocupando um papel central na recuperação de séries históricas sobre as relações entre saúde, meio ambiente e território.

Entendemos que o vigente modelo de desenvolvimento econômico e social tornou os problemas ambientais e de saúde pública mais complexos, no sentido de que na atualidade, não é possível compreendê-los por uma única perspectiva, visto que envolvem, simultaneamente, fenômenos físicos, biológicos, ecológicos e sociais, de modo que não podem ser analisados de maneira unidimensional.

Por conseguinte, a proposição do território, recortado pelos limites das bacias hidrográficas, pode vir a ser, como tentamos demonstrar, uma importante contribuição para a formulação do planejamento no campo da saúde coletiva. O território guarda tanto as dinâmicas cotidianas de (re) produção do espaço socialmente construído, como as evidências históricas de sua constituição, nos oferecendo um rico cenário para o entendimento dos contextos histórico-sociais, nos quais as condições coletivas e individuais de saúde são originadas.

A cooptação desta categoria de análise, bem como das territorialidades engendradas pela relação da sociedade / indivíduo com seu meio, podem permitir a compreensão mais ampla de mecanismos de geração de riscos à saúde humana e ambiental, bem como a proposição caminhos mais eficientes de promoção da saúde, em especial, da saúde ambiental.

REFERÊNCIAS

AYRES, José Ricardo. Norma e formação: Horizontes filosóficos para as práticas de avaliação no contexto da promoção da saúde .Ciênc. saúde coletiva. Rio de Janeiro, v.9, n.3, 2004. p. 583-592. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext &pid=S1413-81232004000300011&lng=en&nrm=iso>. Acessado em Set / 2007.

BARCELLOS, C. de C. *et al.* Organização Espacial, Saúde e Qualidade de Vida: Análise Espacial e Uso de Indicadores na Avaliação de Situações de Saúde. In: CENTRO NACIONAL DE EPIDEMIOLOGIA. Informe Epidemiológico do SUS. Ministério da Saúde: Fundação Nacional de Saúde. Brasília. Volume 11, n.º 03. Jul/Set 2002. 129-138 pp.

BARCELLOS, C. & MONKEN, M. O território na promoção e vigilância em saúde. In: Fonseca, Angélica Ferreira (Org.). O território e o processo saúde-doença. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. 177-224p.

CUNHA, S. B. da. Geomorfologia Fluvial. In: GUERRA, A. J. T. & CUNHA, S. B. da. (Org.). Geomorfologia: uma atualização de base e conceitos. Ed. Bertrand Brasil. 4ª Ed. Rio de Janeiro, 2001.211-246pp.

FREITAS, C. M & PORTO, M. F. de S. Saúde Ambiente e Sustentabilidade. Coleção Temas em Saúde. Rio de Janeiro. Ed. Fiocruz, 2006. 124 pp

FREITAS, C. M. de. *et al.* Risco Ambiental e Contextos Vulneráveis: Implicações para a vigilância em Saúde. In: CENTRO NACIONAL DE EPIDEMIOLOGIA. Informe Epidemiológico do SUS. Ministério da Saúde: Fundação Nacional de Saúde. Brasília. Volume 11, n.º 03. Jul/Set 2002.156-158 pp.

MACHADO, Carlos José Saldanha. Mudanças conceituais na administração pública do meio ambiente. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 55, n. 4, Dec. 2003 . Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252003000400016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 July 2010.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Uma Ecologia Política dos Riscos: Princípios para integrarmos o local e o local na promoção da saúde e da justiça ambiental. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. 248pp.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília. França. São Paulo: Ática, 1993.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In SOUZA, I. E.; GOMES, P.C. da C.; CORRÊA, R.L. (Org.). Geografia: conceitos e temas. 11ª Ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2008. 77-116 pp.

SPERANDIO, Ana Maria Girotti(org). O Plano Diretor: uma ferramenta para o desenvolvimento das políticas públicas de um município potencialmente saudável: o processo de entendimento, construção e ampliação do Plano Diretor. Campinas: Universidade de Campinas. Departamento de medicina preventiva. Org. Panamericana de Saúde, 2006. Volume 1 e 2.